

editorial

Este número da *Cadernos de Campo* é especial por uma série de motivos. Para começar, comemoramos o 25º ano da revista em meio a um cenário político turbulento, marcado por incertezas, ataques à antropologia e a direitos tidos ainda há pouco como consolidados. Durante o período em que essa edição foi gestada, refletimos sobre a necessidade de renovar o espírito da revista, criada em 1991 com a finalidade de ser um espaço de discussão acadêmica plural e de qualidade.

Foi com esse intuito que decidimos celebrar os 25 anos da *Cadernos de campo* com duas iniciativas. A primeira é uma entrevista com os ex-alunos do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo que idealizaram a revista e integraram sua primeira comissão editorial: Omar Ribeiro Thomaz, professor da Unicamp; Heloísa Buarque de Almeida, professora da USP; Luiz Eduardo Lacerda de Abreu, professor da UnB; Zulmara Salvador, diretora da empresa de consultoria ambiental Mais Ambiente; e Cristina Redko, professora na Wright State University. Na entrevista, eles contam os desafios da iniciativa, pioneira entre os programas de pós-graduação em antropologia no Brasil, e sugerem caminhos para a comissão atual e para as novas gerações de antropólogos do país.

A segunda iniciativa é a abertura de uma seção excepcional, chamada “Conjuntura”, a fim de propor discussões sobre o momento político atual. Reunimos quatro contribuições breves, desenvolvidas por pesquisadores convidados, relacionadas aos retrocessos de direitos experimentados no momento presente, bem como seus rebatimentos na antropologia. Nesse cenário, Lilia Schwarcz e Hélio Menezes Neto voltam às raízes históricas do racismo no Brasil para discutir sua persistência, seja em práticas cotidianas, seja de forma “inequivocamente institucional”; Adriana Vianna e Maria Elvira Benítez, tratam de políticas e direitos relacionados a questões de gênero e sexualidade; Bruno Morais aborda a situação dos povos indígenas após a destituição da presidenta eleita, Dilma Rousseff, bem como a constante instabilidade dos direitos indígenas em diferentes momentos políticos do Brasil; e, por fim, Ana Claudia Marques, Ana Letícia De Fiori, Cibele Assênsio, Fabiana de Andrade, Jacqueline Teixeira, Letizia Patriarca e Talita Dal’ Bó escrevem a respeito do processo de mobilização da Comissão de Cotas para a implementação de ações afirmativas no ingresso à pós-graduação em Antropologia Social da USP, processo iniciado em 2013. Às vésperas do lançamento desta edição, quatro anos após sua idealização, a proposta de cotas formulada pela comissão foi aprovada, incluindo a reformulação imediata do

editais para o próximo processo seletivo, de 2018, quando o PPGAS se abrirá, então, aos estudantes optantes. A conquista reforça o papel da Universidade e dos programas de pós-graduação em antropologia como espaços potentes de transformação da sociedade na direção de uma realidade mais justa e inclusiva.

O “Especial” deste número trata também de uma questão atual, sobre a qual a Antropologia ainda lança seus primeiros olhares: o refúgio. Categoria de múltiplos significados, o refúgio tem sido recorrentemente interpelado e modificado pelos imigrantes por ele identificados. A reflexão acerca desses diversos sentidos do conceito permeia os três artigos e o ensaio fotográfico que constituem a seção. Ana Bersani questiona a aceção legal do refúgio por meio da etnografia com imigrantes haitianos e sua recepção pelo Estado brasileiro; Silvia Zelaya discute o papel de eventos que promovem a visibilização e sensibilização da questão migratória, que podem ser vistos como locais privilegiados de reformulação do que é ser um(a) refugiado(a); Helena Manfrinato focaliza os diversos agenciamentos do refúgio – por meio de ocupações de moradia, criação de novos espaços políticos e da própria alimentação – realizados por imigrantes palestinos; e o ensaio de Rose Satiko e Jasper Chalcraft, por fim, reflete sobre o lugar das quimeras do artista congolês Shambuwi Wetu na construção de narrativas descolonizadoras sobre o refúgio.

“Quimeras”, aliás, passa a nomear outra seção da revista: a antiga “Artes da Vida”. Os diversos sentidos subsumidos na palavra nos inspiraram a pensar as relações que a antropologia estabelece com as artes: “quimeras” pode remeter a seres híbridos, compostos por partes de diferentes outros seres e que, juntos, adquirem novas identidades; é também definido como um conjunto heterogêneo, composto por diversos elementos que, sobrepostos, resultam em novas definições e interpretações; ainda, pode se remeter ao que é resultante da imaginação, um sonho, algo realizável apenas nos devaneios. Esse novo nome explicita a sensação de incompletude da ciência em relação à arte e da arte em relação à ciência no paradigma antropológico. Seres, imagens ou objetos ao mesmo tempo compostos e separados; amálgamas de formas expressivas que presentificam a constante tensão entre o objetivo e o subjetivo, entre o que se define e aquilo que será sempre indefinido e que, por isso mesmo, torna-se a força motriz da presença da arte na antropologia. Na presente edição, a “Quimeras” apresenta o ensaio fotográfico “Cambalache: ¡No somos buitres!”, de Henry Moncrief, sobre uma comunidade indígena que recolhe lixo reciclável.

A seção “Artigos e ensaios” é constituída por doze contribuições sobre os mais variados temas, que por vezes se distanciam e se entrecruzam. O tempo, por exemplo, é objeto de reflexão de Fabio Zuker no artigo “Apontamentos para uma antropologia política do tempo”, em que o autor parte de um referencial crítico da antropologia simétrica para discutir como essa categoria é central na ideia de modernidade, trazendo consigo diversas consequências políticas e so-

ciais. O artigo de André Lopes, “Vende-se pequi: o vídeo como mediador de relações intergeracionais”, se debruça também sobre as diferentes temporalidades – a do pesquisador e a de seus interlocutores manoki – conjugadas nas oficinas de vídeo realizadas pelo autor, que identifica a antropologia como um campo privilegiado para a reflexão acerca desse encontro.

A antropologia está no seio da comparação entre as formas políticas ameríndias e anarquistas, postas em diálogo por Guilherme Falleiros a partir de escritos de Claude Lévi-Strauss e Pierre-Joseph Proudhon. Em “Dialética perspectivista anarcoindígena”, o autor elenca, por meio da confluência desses pensamentos de saída tão díspares, aspectos do pensamento ameríndio que podem ter inspirado a construção de teorias anarquistas. O artigo “*Je suis Charlie* de um ponto de vista marroquino: questões de alteridade após os atentados de Paris de 2015” reflete sobre outro encontro de perspectivas – mais especificamente, sacralidades – diferentes. Nele, Bruno Bartel trata da produção de alteridades e da liberdade de imprensa dos meios de comunicação a partir dos ataques à sede do jornal francês Charlie Hebdo, em janeiro de 2015. Segundo o autor, as sacralidades explicitadas no episódio – tanto da liberdade de imprensa, que se impõe como um importante valor moral no processo de secularização francês, quanto da figura do profeta Mohammed – criam as condições para se discutir as formas de poder que estabelecem os limites da liberdade de imprensa.

E o confronto de perspectivas diversas não se encerra aí: em “Uma reflexão sobre a pesca distante da dialética newtoniana: o cerco e a tainha”, Lucas Lima dos Santos faz alguns entrelaçamentos entre a biologia e a antropologia, discutindo o agenciamento de humanos e não humanos na captura de peixes por armadilha e as conexões que esse tipo de abordagem permite fazer entre a ilha estudada e outras regiões do Brasil. A produção ligada a questões ambientais é também tema do texto de Maíra Carvalho, “Conservação da agrobiodiversidade e desmatamento na Amazônia: os desafios da produção de farinha de mandioca na região de Cruzeiro do Sul, Acre”. No artigo, a autora discorre sobre os desafios ligados à valorização da farinha de mandioca na região de Cruzeiro, como o aumento no desmatamento e as relações imbricadas entre as famílias produtoras da farinha e os centros de comercialização regidos por aspectos políticos e econômicos mais amplos.

A discussão sobre os interesses contrapostos de famílias, organismos estatais e empresas privadas, por sua vez, também estão presentes em “La política, las calles y la niñez indígena en Argentina”, de Andrea Szulc e Noelia Enriz. No artigo, as autoras analisam a reação do Estado argentino diante da participação de crianças mapuche e mbyá guarani em movimentos políticos, além dos constantes ataques aos direitos humanos e da reatualização da lógica de poder tutelar sobre os povos indígenas na Argentina.

O embate com o Estado é objeto de reflexão também no artigo “Por amor e por direitos: as gramáticas do afeto e da política nas mobilizações públicas

de familiares de autistas”, de Fernanda Nunes, que aborda as principais estratégias de visibilidade adotadas por familiares de autistas no Rio de Janeiro, tendo em vista que o reconhecimento jurídico da pessoa com autismo como pessoa com deficiência, em 2012, é fruto da mobilização de familiares, em um contexto de posituação do termo deficiência como instrumento político-identitário da “luta por direitos”.

A demanda por ações jurídicas é pensada no artigo “‘Ih, vazou!’: pensando gênero, sexualidade, violência e internet nos debates sobre ‘pornografia de vingança’”, de Beatriz Lins. A categoria “pornografia de vingança”, mobilizada por militantes feministas para casos em que há divulgação ou exposição não consentida de conteúdos de nudez ou sexo, está ligada à tentativa de dar status de crime a esse tipo de ocorrência, inserindo os casos no contexto da violência contra a mulher e exigindo, portanto, ações jurídicas mais rigorosas. Já o artigo “Em busca da pessoa transexual ‘verdadeira’: sobre a produção de dignidade e cidadania diferenciais”, de Luiza Lima, analisa a argumentação de magistrados que julgam ações de retificação de nome e “sexo” na documentação de pessoas transexuais, investigando sistemas de classificação e padrões de subjetividades na argumentação dos magistrados julgadores.

Ainda no âmbito da reflexão sobre o Estado e os agentes estatais, contamos também com a contribuição de Juliana Azevedo e Luciana Chianca. No artigo “Casas de apoio: assistência médica e redes de agenciamentos urbano-rurais”, as autoras focalizam a mobilização das noções de “rural” e “urbano” por redes médicas e políticas no Nordeste brasileiro. Por meio da etnografia de uma “casa de apoio” – casas que oferecem estadia para doentes que se encontram longe de suas cidades –, as autoras descortinam relações sustentadas pelo trânsito entre o rural e o urbano, empatia e gratidão, ou seja, elementos culturais e políticos prévios à estadia.

No que se refere ao fazer etnográfico, o artigo “Tensiones y negociaciones en el campo: tres experiencias etnográficas con comunidades indígenas de Salta (Argentina)”, de María Milana, María Ossola e María Collado, traz um olhar sobre a dimensão intersubjetiva da pesquisa de campo. Por meio de três experiências etnográficas, as autoras analisam questões como acesso e permanência no campo, relações de alteridade entre os pesquisadores e seus interlocutores e o modo como esses processos criam repercussões na construção do conhecimento antropológico. Esse número traz também a “Entrevista” com Kevin A. Yelvington, professor do Departamento de Antropologia da Universidade do Sul da Florida (USF), Tampa (EUA), especialista na região etnográfica do Caribe. A entrevista, realizada e traduzida por Rodrigo Ramassote, tratou da pesquisa de Yelvington acerca da trajetória e produção intelectual de Melville J. Herskovits, principal estudioso da África e da Afro-América na antropologia norte-americana na primeira metade do século XX. A seção “Traduções” traz o texto “De que falam os índios”, originalmente “De quoi parlent les

Indiens”, de H el ene Clastres, traduzido por Larissa Barcellos e Diego Rosa Pedroso. De extrema import ancia para os estudos das populações das terras baixas sul-americanas, o texto de H. Clastres pretende refletir sobre uma questão primordial: “o que   falar para os  ndios”? A partir desse questionamento, a autora tece relações entre a palavra e as diversas formas políticas ameríndias, além do estatuto mesmo da fala entre os índios, considerada “irreversível”: segundo a antropóloga, as palavras agem sobre o real como os nomes, as coisas e os indivíduos.

Esta edi o conta também com o Projeto Resenhas de publicações recentes da literatura antropológica. A primeira trata do livro *Cadernos de outro mundo: o Fórum social mundial em Porto Alegre*, de Julia Ruiz di Giovanni. Em seguida, temos a resenha de *Mais alguma antropologia: ensaios de geografia do pensamento antropológico*, de Márcio Goldman, e *Entre arte e ciência: A fotografia na antropologia*, de S lvia Caiuby Novaes. Também foram resenhados *A sexualiza o do crime no Brasil: um estudo sobre criminalidade feminina no contexto de relações amorosas (1890-1940)*, de Alessandra Rinaldi; *A flecha do ciúme: o parentesco e seu avesso entre os Aweti do Alto Xingu*, de Marina Vanzolini, e *O drama azul: irradia o em narrativas*, de Suzane de Alencar Vieira.

Agradecemos a todos os autores e autoras que submeteram textos   revista, publicados ou não na edi o atual. Agradecemos às editoras que colaboraram com o Projeto Resenhas e a todos os pareceristas e revisores técnicos que dispuseram de seu tempo para a avalia o de artigos, resenhas, entrevista e tradu o. Agradecemos também a todos os funcionários e funcionárias do Departamento de Antropologia e ao Programa de Pós-Gradua o em Antropologia Social da Universidade de São Paulo pelo financiamento e apoio. E não podemos deixar de agradecer,   claro, a todos os leitores e leitoras da revista. Por fim, um agradecimento especial   primeira comissão editorial da revista *Cadernos de Campo*, cujas ideias e coragem abriram os caminhos para as muitas histórias contadas e construídas em torno dessa publica o.

Boa leitura!